

AO EXPEDIENTE
Em 29 OUT 2008



Prof. Ger. nº 436/08
Recebido. Autue-se
e inclua em pauta.
Em 29 OUT 2008
1º Secretário



ESTADO DE RONDÔNIA
Assembleia Legislativa
29 OUT 2008
Protocolo 484/08
Processo 460/08

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

MENSAGEM Nº 182, DE 29 DE OUTUBRO DE 2008.

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA:

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação e deliberação dessa oregia Assembleia Legislativa, nos termos dos artigos 41 e 135, da Constituição do Estado, o anexo Projeto de Lei que "Acrescenta dispositivo à Lei nº 1919, de 11 de julho de 2008".

Senhores Parlamentares, pretende este Executivo, com o projeto em questão, acrescentar dispositivo à Lei nº 1919, de 11 de julho de 2008, estendendo a programação dos recursos autorizada na referida Lei, às despesas correntes e de capital decorrentes das ações de informatização do Poder Executivo.

Certo de ser honrado com a elevada compreensão de Vossas Excelências e, conseqüentemente, com a pronta aprovação do mencionado Projeto de Lei, requerendo, nos termos do artigo 41, da Constituição do Estado, seja adotado o **Regime de Urgência**, previsto no artigo 232 e seguintes, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, aprovado pela Resolução nº 32, de 21 de agosto de 1990, antecipo sinceros agradecimentos, subscrevendo-me com especial estima e consideração.

IVO NARCISO CASSOL
Governador

SECRETARIA LEGISLATIVA
Recebido em 29 OUT 2008
Nome: Ivo Narciso Cassol



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

PROJETO DE LEI DE 29 DE OUTUBRO DE 2008.

Acrescenta dispositivo à Lei nº 1919, de 11 de julho de 2008.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 1919, de 11 de julho de 2008, que "Autoriza o Poder Executivo a programar o saldo financeiro proveniente do lançamento efetuado na conta corrente contábil do SIAFEM e dá outras providências", passa a vigorar acrescido de parágrafo único, com a seguinte redação:

"Art. 1º

Parágrafo único. A autorização contida no *caput* deste artigo destina-se igualmente à cobertura de despesas correntes e de capital originadas nas ações de informatização do Poder Executivo."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.